ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEXTA (157ª) REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO. Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, na Rua Iaiá, nº 126, Itaim Bibi, no município de São Paulo/SP, reuniram-se os Membros do Conselho Fiscal da Companhia Docas de São Sebastião. Houve ainda a participação dos Senhores Paulo Tsutomu Oda, Diretor-Presidente; Cezar Aurelio Trombelli, Diretor Administrativo Financeiro; Paulo Matos dos Santos, Gerente Financeiro; e com a colaboração da Senhora Adriana Hortega Roque, Gerente de Relações Corporativas da Companhia Docas de São Sebastião, para secretariar os trabalhos. Registra-se que esta reunião, com a concordância dos membros do Colegiado foi presencial, seguindo os protocolos de prevenção do Covid-19: uso obrigatório de máscaras e utilização de álcool em gel. Iniciou-se a reunião, em cumprimento a seguinte Ordem do Dia: **1 - Leitura e aprovação da Ata 156ª Reunião do CONFIS, de 23/07/2020. 2 - Demonstração Resultado Operacional e Receitas. 3 - Fluxo de Caixa. 4 - Balanço Patrimonial. 5 - Demonstrações Financeiras (DRE). 6 - Balancete Mensal. 7 - Relatório de Despesas com as ações judiciais trabalhistas. 8 - Relatório Consolidado de Ações Trabalhistas. 9 - Relatório de Contratos. 10 - Relatório de Movimentação de Funcionários. 11 - Proposta orçamentária para o ano 2021, conforme Resolução SPOG-1, de 01/07/2020 - Versão Final. 12 - Ata da 169ª Reunião do CONSAD (23/06/2020), aprovada pelo Colegiado. 13 - Informes Gerais.** A ata da 156ª Reunião do CONFIS, de 23/07/2020, foi lida e aprovada por unanimidade, devendo ser consequentemente assinada e registrada em livro próprio. Na reunião anterior foi discutida a questão da taxa de ocupação. Índices de taxa de ocupação próxima a 100% pode ter como consequência fila de navios para atracação. O Sr. Cezar esclareceu que o porto possui normativas para minimizar e conter situações de congestionamento de navios na chegada do Porto, o que afeta diretamente o custo da operação. No Porto de São Sebastião é estabelecido o máximo de 20 períodos para carga e descarga. Caso ultrapasse este limite, tem que desatracar. Cada período são 6 horas contínuas. O regulamento tem como objetivo estabelecer regras e estimular a eficiência da operação. Há uma nova tarifa que está sendo implantada, por decisão da Antaq, onde as cobranças tarifárias não serão mais realizadas por períodos, mas por toneladas. O Sr. Priori questionou sobre o embarque do açúcar permanece sendo realizada por sacarias. O Sr. Cezar explicou que sim, os sacos são descarregados manualmente, é feito um pacote com 32 sacos. Uma empilhadeira organiza estes pacotes, que são carregados por guindaste. Esta operação tem uma prancha de cerca de 3.000/4.000 toneladas/dia. Um navio de 20.000 toneladas tem durarão de 5 dias para carregar. O Porto só possui 1 berço, fazendo com que seja um Porto desinteressante para embarque/desembarque de certas cargas. Um novo Pier demandaria um investimento de cerca de R$400/500 milhões. Existe projeto de ampliação, foi expedida a licença previa, porém foi embargada judicialmente. O Governo investiu em uma Rodovia, com acesso direto ao Porto, porém o Porto permanece com 1 berço. Avançando ao item 2 da pauta, em relação ao resultado, houve uma melhora de receitas em julho, estando próxima as receitas de 2019. Estamos próximos a expectativa de receita prevista para o ano 2020. Em termos de participação de carga, o açúcar se desponta das demais cargas, representando 10% das movimentações. A receita da utilização do canal (tabela 1) e armazenagem (tabela 4) apresentou queda. A taxa de ocupação do Pier no mês de julho foi de 84%, em junho foi de 40%. Há uma média de 5 dias para embarque de cargas. No caso do gado, 1 dia. O Sr. Paulo matos apresentou o fluxo de caixa, demonstrando aumento nas receitas, em contrapartida estão sendo pagos tributos, que foram congelados por um período, devido a normativas legais relacionadas a pandemia. Há uma previsão de desembolso para a dragagem, porém a Companhia está aguardando a autorização de Comitê Gestor de Gastos para publicar o edital. A expectativa é

que a Companhia tenha R$ 23 milhões de receitas. Analisando a DRE, o Sr. Paulo chama a atenção para a depreciação. A grande maioria dos ativos depreciados são projetos e obras. A ideia é realizar uma reavaliação para checar se estes ativos serão mantidos como ativos permanentes para, se for o caso, poder dar baixa. É necessário avaliar se é viável esta análise, a fim de não interferir no processo de desestatização No Convênio de Delegação há uma cláusula que o Governo do Estado tem a prerrogativa de ressarcimento de investimentos que não tenham sido amortizados. O custo de depreciação da Companhia é de cerca de R$ 12 milhões/ano. Contabilmente, 5 anos equivale a R$ 60 milhões de depreciação, que é demostrado no balanço da Companhia. O Sr. Priori questionou se há previsão do custo de uma empresa especializada para fazer esta avaliação, para que seja avaliado o custo benefício. O Sr. Danilo complementou que há um problema contábil e, para avaliar se é possível solucionar este problema, a Companhia investiria capital, e passaria a ser uma questão financeira. O Sr. Cezar explicou que é exatamente esta intenção, levantar o custo de uma possível contratação e avaliar a possibilidade de alterar o balanço, baseado em uma avaliação técnica. O Sr. Paulo complementou que em obras e projetos representa uma depreciação de R$ 228 milhões, de um total de R$ 310 milhões, o que é muito significativo. O Sr. Priori ratificou a colocação do Sr. Danilo: hoje a companhia tem um problema contábil. Qual seria o investimento para melhorar esta condição de balanço e de quanto seria esta melhora. O Sr. Cezar esclareceu sobre o item devedores duvidosos. Trata-se da dívida da empresa Schahin com a Companhia, o valore refere-se ao aluguel da área arrendada, que não é pago desde a decretação da falência. A Companhia entrou com pedido de recuperação da área e pagamento dos valores devidos da massa falida. Há também a cobrança de um operador portuário, o qual a Companhia também ingressou com pedido para efetuar a cobrança. Ambas as cobranças são judiciais. O Sr. Cezar pediu a palavra para explicar ao Conselho alguns gargalos da Companhia, e o motivo dos documentos não serem entregues com a antecedência solicitada pelo Colegiado. A Companhia possui um problema sistêmico. O ERP implantado, por uma questão de custo, não é atualizado há alguns anos. A Companhia não dispõe de recursos para efetuar esta contratação, e tampouco recursos para implantar um novo sistema. Portanto, muitos "bugs" do sistema Oracle são solucionados internamente, e acabam gerando intervenções manuais e retrabalhos. A Companhia também possui um problema de falta de mão de obra, pois há vacância de muitos cargos. O Conselho compreendeu a situação. O Sr. Danilo solicitou que seja avaliada a alteração do Conselho para a última semana do mês. Avançando ao item 7, os ajustes na planilha, solicitados na reunião anterior, foram efetuados. Havia um erro nas fórmulas, o que causou uma distorção nos valores apresentados. Os Srs. Danilo e Priori solicitaram que as ações trabalhistas sejam apresentadas de forma a demonstrar a evolução dos processos, principalmente no que se refere aos prováveis. Da mesma forma, alterar a apresentação, dos contratos: modalidades, valores, dispensas de licitações. O objetivo destas alterações é avaliar tendências, percentuais, variações de forma gerencial. Avançando ao item 11, foi apresentado ao Conselho a Proposta Final encaminhada à Secretaria e a versão atualizada, com as modificações solicitadas pela Secretaria. A principal modificação é em relação aos valores de investimento. Quanto aos investimentos, os valores orçados sofreram uma redução significativa, face à determinação da SLT para limitá-los às demandas relacionadas a exigências legais, que sujeitam a CDSS a multas e penalizações. Em atendimento à demanda da SLT, a Companhia encaminhou somente valores necessários para Investimento relacionados a exigências legais estabelecidas pelo Ibama, Conportos e Auditoria Fiscal do Trabalho. Além desses valores, foi incluído recurso necessário para construção de nova Portaria, para que a mesma seja concluída simultaneamente ao término da interligação do Sistema Nova Tamoios-Contornos com o sistema viário urbano e com o Porto. O orçamento para investimento ficou distribuído da seguinte maneira:

	Modernização e Ampliação	Operação do Porto	Total
Obras	42.242.627	14.113.421	56.356.048
Equipamentos	409.820	-	409.820
Outros	-	-	-
Total	**42.652.447**	**14.113.421**	**56.765.868**

Após a solicitação de ajuste da SLT, o pleito para o orçamento de investimento ficou distribuído da seguinte forma:

	Modernização e Ampliação	Operação do Porto	Total
Obras	17.466.652	3.336.313	20.802.965
Equipamentos	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	**17.466.652**	**3.336.313**	**20.802.965**

Em informes gerais, o Conselho foi posicionado sobre a greve, que está agendada para o dia 27/08/2020, pois não houve negociação com o Sindicato sobre o acordo referente a data base maio/2020. Os dissídios referentes às datas bases maio/2018 e maio/2029 estão judicializados, aguardando decisão final. O Sr. Danilo questionou sobre o desenvolvimento dos trabalhos da área de Governança (compliance, riscos e controles internos) da Companhia. O Sr. Paulo explicou que este é outro gargalo. O auditor interno da empresa pediu demissão. Atualmente tem uma pessoa que está iniciando a estruturação do Compliance da Empresa, sendo orientada por ele mesmo. Danilo vai enviar alguns materiais sobre Governança Corporativa, para auxiliar nesta estruturação. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual eu, Adriana Hortega Roque, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos Conselheiros.

São Paulo, 20 de agosto de 2020.

JOSÉ BENEDITO PRIORI
ISRAEL ALEXANDRE DE SOUZA
KATHELEEN REGINA DA SILVA DARDIS DE CAMARGO
VITOR DANILO MIRANDA DE CASTRO